

**LEI MUNICIPAL Nº 782/2024.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Chã de Alegria para o período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028 e dá outras providencias.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA-PE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E ESTE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Em cumprimento ao disposto no art. 29, inciso V, observados os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III, §2º, I, da Constituição Federal de 1988, fica fixado o subsídio mensal para o cargo de Prefeito, a vigor no período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028, em parcela única, no valor bruto de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

**Art. 2º** - Em observância aos mesmos dispositivos constitucionais elencados no art.1º, desta Lei, fica fixado o subsídio mensal para o cargo de Vice-Prefeito, a vigor no período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028, em parcela única, no valor bruto de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

**Parágrafo único** – Quando da assunção do cargo de Prefeito, durante o afastamento legal do titular, o Vice-Prefeito receberá o subsídio correspondente ao referido cargo.

**Art. 3º** - Em observância aos mesmos dispositivos constitucionais elencados no art.1º, desta Lei, fica fixado o subsídio mensal para o cargo de Secretário Municipal, a vigor 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028, em parcela única, no valor bruto de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

**Art. 4º** - Ao subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretário Municipal, serão adimplido a gratificação natalina correspondente a 1/12 (um doze) avos por mês de efetivo exercício do cargo, ao subsídio referente ao mês de dezembro do ano em curso.

**Art. 5º** - Ao ensejo de gozo de férias anual, o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais terão direito a 1/3 (um terço) a mais do subsídio.

**Art. 6º** - Em licença por motivo de saúde, o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais, receberão integralmente o seu subsídio, devendo o Poder Público, se necessário, fazer a complementação do benefício previdenciário a que tiver direito, na forma da Lei.

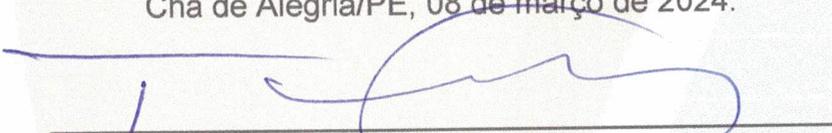
**Art. 7º** - Os valores dos subsídios, fixados nesta Lei, serão revistos anualmente, devendo a primeira revisão ser realizada somente em 1º de Janeiro de 2026, calculado o período compreendido de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2025, em conformidade com o inciso X, do art.37 da Constituição Federal, por norma legal específica, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**Parágrafo único** – O índice a ser adotado para a revisão anual, em face dos subsídios previstos nesta Lei, será o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, observado, de qualquer forma, a limitação prevista no inciso XI, do art.37, da Constituição Federal.

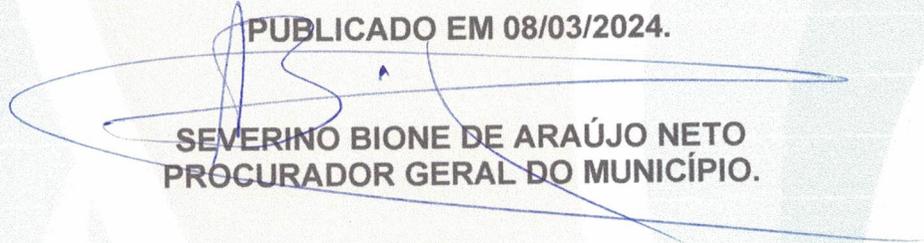
**Art. 8º** - As despesas decorrentes desta fixação, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e constantes do orçamento do Poder Executivo Municipal.

**Art. 9º** - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de Janeiro de 2025.

Chã de Alegria/PE, 08 de março de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**TARCÍSIO MASSENA PEREIRA DA SILVA**  
**PREFEITO**

**PUBLICADO EM 08/03/2024.**

  
**SEVERINO BIONE DE ARAÚJO NETO**  
**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO.**